

Apresentação do Dossiê 29

Narrar: gesto metodológico e indagação epistemológica

Ana Cabral Rodrigues¹

Daniele Caron²

Flavia de Sousa Araújo³

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v15i29.70241>

Desde a força e pertinência de letramentos até então elididos das práticas de escrita e construção do conhecimento científico, a presença de metodologias narrativas tem ganhado relevo nos debates epistêmicos em diversos campos do conhecimento e suas transversalidades. Um movimento que, ainda que mais evidente nos últimos anos, remonta décadas de embates, análises e construções acadêmicas exigidas e realizadas junto aos coletivos e movimentos sociais, que operam deslocamentos,

composições e tensionamentos nas práticas e éticas de pesquisa. A partir de modos de vida e pensamentos ancorados em epistemologias decoloniais e contracoloniais, eles fazem comparecer políticas de vida, rigores e urgências inauditas nas discursividades acadêmicas orientadas desde a colonialidade.

Para o intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos (2023), ou Nêgo Bispo, aquilo que a academia denomina *decolonial* encontra sua pertinência no que esse termo mobiliza

¹ Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente no curso de Graduação em Psicologia, campus Volta Redonda, e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: acrodrigues@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0317-5346>.

² Doutora em Urbanismo pela Universitat Politècnica de Catalunya (UPC). Docente na Faculdade de Arquitetura e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: daniele.caron@ufrgs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6546-6579>.

³ Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: flavia.araujo@fau.ufal.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8296-7423>.

enquanto capacidade de depreciar ou de “deprimir” o colonialismo. É a capacidade de transformar saberes e modos de transmissão na formação das gerações que vêm, para que não mais ataquem as gerações de outros povos. A contracolonialidade, para Nêgo Bispo, diferentemente, diz de modos de existir cotidianamente, de maneira viva, criativa, em resiliência e enfrentamento à colonialidade. Um modo de existir que nunca se deixou colonizar. E, por isso mesmo, as práticas contracoloniais, inclusive quilombolas, são capazes de desmantelar o projeto totalitário que estrutura nosso mundo.

Assim, assentada na práxis dos quilombolas, dos Povos Originários e demais povos da floresta, a partir de suas cosmopercepções (Oyēwùmí, 2020), a contracolonialidade pode ser enunciada tanto pelo banal de um cotidiano praticado, quanto por sua radical alteridade, enquanto forma de pensamento e de sustentação de saberes que não se significam nem se submetem à ordem de um mundo erigido pelos ideais de desenvolvimento, exploração e controle. Ela pode ser dita como defesa a essas forças que operam através da

desterritorialização e pela retirada de cada ente vivente de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome (Santos, 2023). Então, desse banal e dessa radicalidade, o que resta – e cintila como chance – é a possibilidade de seguir contando, narrando aquilo que liga um ser a outro, o que territorializa, o que constitui experiência de envolvimento, o que é sagrado e, igualmente, a possibilidade de seguir “praticando nossos nomes” (Santos, 2021). O que se aponta é um caminho traçado pelas palavras, lavradas na oralidade, na escrita e na imagem, que comparecem como sementes a germinar e a se ligar àquilo que é passado, sentido e pertencimento. Trata-se de uma tomada estratégica da palavra que, diante da colonialidade que tudo nomeia, pode também dizer dela. Não por vontade de dominação (aquele que esquadriinha os saberes ao nomeá-los como conhecimento popular ou empírico), mas pela urgência de contrariar a palavra dos colonizadores e seus saberes sintéticos, que seguem incansavelmente destituindo os saberes orgânicos e cosmológicos, tal como os nomeia Nêgo Bispo.

A intelectual indígena e ativista boliviana Silvia Cusicanqui (2021) afirma que, no colonialismo, a função das palavras em documentos oficiais não é designar, mas encobrir, pois as palavras desses textos frequentemente se desvinculam das práticas. Por isso, “no contexto de um devir histórico que privilegia o textual em detrimento das culturas visuais, são as imagens, mais do que as palavras, que permitem captar os sentidos bloqueados e esquecidos pela língua oficial”⁴ (Cusicanqui, 2021, p. 29). Nesse sentido, considera-se que, assim como canções e outras tecnologias de sobrevivência que utilizam a oralidade e a paisagem sonora para a construção de mundos e memórias, as narrativas visuais – a exemplo do a(r)tivismo ou de manifestações político-artísticas nas ruas das cidades – também constituem meios potentes e criativos de enfrentar o mundo distópico, ou “mundo ao revés” (Cusicanqui, 2021). Essas narrativas são importantes ferramentas na elaboração e propagação de futuros e na reinvenção de cidades e

sociedades, pois oferecem vestígios, inclusive por meio da iconografia, da possibilidade de fabular mundos: uma habilidade alentadora para se operar o enfrentamento nas ruínas do Antropoceno (Oliveira, 2022 apud Tsing, 2022). Os artivismos, ao ocuparem espaços públicos com a criação de narrativas visuais (Cusicanqui, 2021), rompem com a centralidade da linguagem textual e das técnicas consagradas pela cultura erudita. Contando histórias e projetando cosmopercepções de sujeitos historicamente marginalizados, essas práticas não apenas tornam visíveis formas contracoloniais de existência, como também disseminam saberes e propõem alternativas à distopia colonial.

Numa abordagem transversalizante junto às cosmopercepções capazes de tensionar as estruturas do colonialismo – como o racismo, o machismo, o patriarcado, a cisgender normatividade, o adultocentrismo e o capacitismo –, destacam-se as epistemologias

⁴ A proposta de “sociologia da imagem” de Cusicanqui ativa o potencial crítico do que ela denomina narrativas visuais. Trata-se de narrativas realizadas por meio de elementos

visuais não textuais, invisibilizadas na língua e na história oficiais, praticadas por indígenas bolivianos por meio de desenhos.

feministas, particularmente as do feminismo negro (Gonzalez, 2020; bell hooks, 2017) e do feminismo comunitário (Cabral, 2010; Carvajal, 2020), que introduzem a interseccionalidade como metodologia e perspectiva ética de análise e intervenção do/no mundo vivido (Collins, 2016; Akotirene, 2019). Aqui reconhecemos uma aposta nas políticas de narratividade como estratégia de construção do conhecimento e de enfrentamento à perpetuação de privilégios e opressões em suas capilaridades. Assim, tornam visíveis práticas de existência e resistência amplamente desvalorizadas, e que corroboram a ideia de que o futuro pode vir a ser regido por meio da valorização de tecnologias de cuidado e afeto com todo ente vivente, com o território e também, com seus encantados, tal como sustentam conhecimentos ancestrais dos Povos Originários (Lima, 2001; Silva, 2023; Xakriabá, 2023; Tupinambá, 2023).

No Brasil, intelectuais indígenas, negras, quilombolas e periféricas – como Célia Xakriabá (2023), Zeneida Lima (2001), Glicéria Tupinambá (2023), Raimunda Gomes da Silva

(2023), Conceição Evaristo (2025), Carolina Maria de Jesus (2014), Djamila Ribeiro (2017; 2019), Carla Akotirene (2018), Lélia Gonzalez (2020) e Leda Maria Martins (2021) – oferecem o chão e sinalizam rotas de pensamento que não cindem ciência e cultura. Distintamente de uma perspectiva universalizante, na qual “o cultural” é sempre situado no campo do outro, essas rotas apontam para modos de produção do conhecimento ancorados em marcadores simbólicos, históricos e contingentes. Segundo esses caminhos, arte, ciência e filosofia se enunciam simultaneamente e salientam a importância de (des)envolvimentos metodológicos baseados em histórias e realidades situadas, bem como no “saber-fazer” cotidiano, em conjunção e tensão com os fazeres referendados academicamente. Assim, oralidades, corpos e escritas se rasuram mutuamente e subvertem hierarquias e princípios irredutíveis de objetividade e neutralidade, fazendo com que tais princípios compareçam em novos campos de interpelação e de construção do fazer científico (Martins, 2021; Santos, 2023; Haraway, 2023).

É sabido que o pensamento ocidental integra em si a ferramenta crítica, e em múltiplas dimensões. Por um lado, realiza uma reflexão sobre si mesmo, como na crítica intrínseca à própria *démarche* do pensamento – por exemplo, na crítica de Hume a Descartes, ou na crítica popperiana a uma visão empirista da ciência. Por outro, põe-se a experimentar os limites da linguagem ao operar uma dobra que aponta para os efeitos e condições do próprio empreendimento do pensamento, como a análise dos regimes de verdade constituídos por esses saberes (Foucault, 1998, 2000). Pois, se a crítica – enquanto ferramenta de evidenciação das lógicas constitutivas e de possível resolução de contradições internas – não é desconhecida no cerne da produção do pensamento ocidental, o que aqui se ressalta é a contundência do deslocamento que essas matrizes epistemológicas decoloniais, contracoloniais, feministas são capazes de operar a partir de outros lugares. Ou ainda: de um lugar *outro*. De onde o que se evidencia num primeiro plano é o movimento de choque. Uma força que se interpõe à continuidade da centralidade incorpórea que o

pensamento Ocidental reiteradamente assume. O choque produz a fagulha – como incêndio e também como chance -- e oferece a percepção de que sempre se olha, se sente, se pensa de algum lugar, e que todo conhecimento ocupa sempre uma posição situada e parcial.

Constrangendo-o a abandonar, pois, seu “lugar-nenhum”, efeito da marca do universal que o autoriza a enunciar-se como estando “em todo lugar”. Os limites e os próprios fundamentos do pensamento ocidental são colocados em causa diante de uma alteridade epistêmica que, ao se apresentar, expõe a falácia da neutralidade dos instrumentos responsáveis por lançar mundos e saberes à sombra – esses mesmos que ali se enunciam e subvertem o que se pretendia encerrado, esgotado.

Essa alteridade não atua, evidentemente, como uma ferramenta de retificação do pensamento ocidental. Ou seja, sua importância não se mede pelo quanto poderia servir ao conhecimento filosófico ou científico, oferecendo-lhe soluções, complementando-o, remetendo-o à sua própria dinâmica e, não raro, corroborando a narrativa historiográfica

e teleológica de progresso e superação de um conhecimento sobre o outro.

Colocar em causa os limites do pensamento ocidental e o conhecimento nele validado, a partir de discursividades que reiteradamente foram desqualificadas por esse pensamento centralizador, revela uma dimensão de responsabilidade com a qual a ciência, muitas vezes, escolhe não se confrontar. Esses limites se evidenciam ali onde a neutralidade e objetividade já não se sustentam pacificamente como dispositivos de poder silenciosos e eficazes. Tal responsabilização aponta para a radicalidade de que fala a antropóloga Rita Segato (2020): não mais olhar o outro para conhecê-lo, mas conhecer a nós mesmos no olhar do outro. Algo que projeta a ciência para além de seu espelho vaidoso, colocando-a diante da imagem da política colonialista que a constitui – uma maquinaria de violência em que o outro e a natureza existem apenas para serem dominados e conquistados (Dussel, 1993).

Em última instância, o que essas discursividades colocadas à margem provocam é o descentramento dessa maquinaria destrutiva que range e rege os destinos dos mundos em

coexistência. O debate epistêmico é, assim, antes de tudo, um embate contra aquilo que tem tornado impossíveis as existências que continuam a narrar e a se insurgir diante da própria insustentabilidade de um mundo que se quer único. Em sua potência afirmativa, o conhecimento validado e amparado a partir de outras cosmopercepções, faz falar as ruínas do pensamento ocidental e multiplica histórias que urdem uma ética planetária – que não se pretende universal – de existências compartilhadas e da perpetuação da sustentação do céu (Kopenawa, Albert, 2015).

A crescente presença da narrativa como conceito em questão ou como estratégia metodológica talvez possa nos indicar algo sobre a responsabilização da academia em sua inscrição eurocentrada, burguesa, embranquecida, corponormativa etc. Uma responsabilização que opera, em grande medida, pela efetiva presença de outros corpos ocupando lugar nesses espaços. Trata-se de uma aposta que assumimos. Sobretudo quando, por meio de outras discursividades e das plásticas do texto acadêmico, entendidas como parte

inerente à investigação, encontramos estudos que atualizam a indissociabilidade entre estética e política pela contraposição à histórica violência da objetificação daqueles que coexistem nos processos de construção da pesquisa (Cusicanqui, 2021; Evaristo de Brito et al., 2025; Kilomba, 2029; Moraes, 2010; Haraway, 1995; Ingold, 2015; Araújo, Cabral, Araújo et al., 2016; Caron, Cabral, 2024).

Há de se reconhecer que “narrativa” é uma palavra tão corriqueira quanto exigente, um conceito vulgar, comum, ao alcance de todas as pessoas. O que a radicalidade desses estudos que apostam em outras gramáticas do texto acadêmico (Moraes, Tsallis, 2016) nos ensinam, no entanto, é que uma irreflexão com o verbo “narrar” pode empobrecer aquilo que ele carrega de auspicioso e politicamente consequente, e que poderia se expressar em indagações como: o que se faz quando se narra? Que políticas de vida e de pesquisa emergem ao acionarmos a narrativa como procedimento ou ética? O que ocorre quando pesquisar é narrarCOM? Trata-se de uma atenção fundamental para que as “narrativas”

não sejam tomadas apenas como elementos a serem coletados e interpretados por pessoas que, a partir de uma posição privilegiada, se reconhecem como aquelas a quem cabe formular as perguntas. E que, quando decifradas em dados, essas narrativas correm o risco de ingressar na lógica moderna da escalabilidade (Tsing, 2016), eliminando o gesto que depende invariavelmente “das circunstâncias, dos encontros, das criações de relação” (Stengers, 2023, p. 13) para a construção de um conhecer/pensar/fazer situado.

Dessa maneira, a proposta deste dossiê nasce de uma curiosidade e implicação ético-política compartilhada desde nossos lugares e inscrições de pesquisadoras, mulheres e ativistas do sul global nos embates e invenções na academia – este poderoso agenciamento de validação e operação do conhecimento. Embates estes em prol de seus alargamentos, de horizontes mais plurais, junto a outros saberes que hoje e ontem têm desafiado a capacidade da academia em se recolocar em um cenário global, e em se posicionar diante da barbárie que testemunhamos pelas práticas coloniais sempre atualizadas e

capilarizadas. Nossa curiosidade configura-se, assim, não apenas como um modo de acesso ao que vem sendo produzido no âmbito da narrativa, mas também como um gesto de convocação a um esforço crítico-analítico e experimental-ensaístico. Trata-se de um exercício construído a partir de múltiplos pertencimentos e lugares de fala, por meio dos quais mobilizamos nossos repertórios e ferramentas na produção e no compartilhamento do conhecimento, fazendo emergir a narrativa como questão e como método nos estudos sobre culturas e territórios. Esse esforço conjunto oferece uma revisitação e experimentação tanto de referenciais teóricos clássicos nos debates críticos acadêmicos, quanto do pensamento de intelectuais que ocupam lugar no fazer científico e na academia com urgência, atualidade e força ancestral na contemporaneidade.

Ao assumirmos o interesse pelas transversalidades disciplinares, acionamos uma estratégia de coletivização e escuta acerca dos modos de sustentação das presenças e discursividades, tanto no texto quanto no cotidiano dos processos de pesquisa, ensino e extensão. Convocamos, assim, um pensamento

disposto a fabular caminhos confluentes e a recolher os efeitos de uma aposta em tramas epistêmicas, perguntando-nos como, diante deles, nos posicionamos, tomamos lugar. Um processo-escrita no qual o rigor não se confunde com rigidez, e que resulta do cuidado com que acionamos a palavra “narrativa” nesses estudos, buscando reconhecer nela suas forças germinativas (Santos, 2023), bem como o movimento a contrapelo, de resistência, reexistência e de reparação histórica.

Compreendemos que no gesto de narrar se reconhece o fio de uma fazedura e de um movimento que nunca se resolve, estando sempre por se fazer: é ele uma política. Uma referência fundamental a tal entendimento é Walter Benjamin (1996), autor que problematiza a narração e nos conduz ao caráter artesanal dessa forma de comunicação e de sustentação de um comum. Seguimos seu pensamento ao apontar, simultaneamente, para a narrativa e para a urdidura de um tecido vivo que enlaça uma vida à outra, uma geração à outra: arte e trama da experiência (*Erfahrung*), ela mesma como passagem, travessia (*Fahr*), tradição,

movimento que vai além da individualidade e da privatização da vida. Uma arte que, no cerne dos efeitos das forças do capitalismo – eis o teor de sua problemática – evidencia seu declínio (e não seu esgotamento, é preciso salientar), cujos efeitos se reconhecem na crescente incapacidade de receber e dar conselhos, de recolher da palavra sua sabedoria e transmissão. O conselho aqui não se entende como resposta a uma pergunta que pede solução, mas como dissolução do rumo de uma história que parecia encerrada em si mesma. De tal sorte, o enlace entre narrativa e política – por meio da prática cotidiana e ancestral do conselho – se evidencia no encontro entre o apelo de uma história que anseia por um outro devir e a palavra inscrita no tecido de uma memória compartilhada, apontando para a abertura do passado e sua capacidade de agir na construção do presente, na insurgência de um tempo do agora (*Jetztzeit*), como interrupção da catástrofe (Benjamin, 1996).

Convidamos quem adentra estas leituras a pensar a narrativa como política e como abertura epistemológica capaz de reconhecer as

heterogeneidades que compõem culturas, experiências e territórios; uma abertura concretizada pelas práticas e discursividades instauradas a partir de partilhas, confrontos, provocações, conflitos e desvios. Se – conforme a pensadora māori Linda Smith aponta criticamente – “a pesquisa [enquanto prática e instituição] tem sido o encontro entre o Ocidente e o Outro” (Smith, 2018, p. 19), narrar, enquanto gesto de pesquisa, pode constituir um exercício articulado às demandas por outras alianças, formas de dizer e de sustentar outros projetos societários, por meio de problemas e perguntas ainda por se formular (Kilomba, 2019). Trata-se de um fazer pesquisa que aceita ser questionado, que assume o caminhar tateante e o método, ele mesmo, como desvio (Gagnebin, 1999). O que esse gesto e exercício nos demanda é pensar, com Isabelle Stengers (2023), uma racionalidade não mais acionada pela ideia de avanço ou progresso, mas como experiência de aprendizagem compartilhada de saberes que se façam com e a favor da vida (Santos, 2021).

A seguir apresentamos os textos deste primeiro volume do dossiê que

colocam em perspectiva práticas e processos investigativos acionados pela narrativa por uma preciosa diversidade de abordagens e temas. Encontramos gestos e falas nascidos de experiências e territorialidades histórica e sistematicamente ameaçadas que emergem do experimento do encontro (Stengers, 2023).

Abrindo o dossiê, no artigo “Narrativas da deficiência: questões acerca da escrita acadêmica partir da experiência” de Virgínia Kastrup e Raquel Guerreiro, a narrativa é abordada como problemática no contexto da psicologia cognitiva da deficiência visual. Reconhecendo a predominância do capacitismo nas pesquisas sobre deficiências, as autoras defendem uma atuação coletiva e horizontal de sujeitos com ou sem deficiência, compondo narrativas complementares a partir da experiência compartilhada. Por meio de uma escrita acadêmica de base feminista, o texto aposta em uma receptividade ativa que se desenha em encontros, tensões e distâncias, abrindo passagem para a criação de um mundo comum e heterogêneo.

Numa profícua conjunção, o artigo “Cães-guias como mediadores estéticos: reconfigurações dos modos de fazer e pensar a cultura do acesso”, de Camila Araújo Alves e Marcia Moraes, trabalha a ideia de mediação estética a partir da relação mulher-cega-com-cão-guia, tomando como referência a experimentação de Lygia Clark e Hélio Oiticica no campo das artes. A partir da política metodológica do pesquisarCOM, a discussão centra-se na produção cultural e nos espaços de arte em agenciamento com corpos e pessoas com deficiência, entendendo a mediação como prática coletiva que desloca sentidos hegemônicos sobre modos de fazer e pensar a cultura do acesso. Para isso, as autoras mobilizam recursos de linguagem e memórias que evidenciam sua posicionalidade em relação à experiência e ao texto, questionam o senso comum da deficiência como falta, acionam alianças interespécies e convocam a narrativa como ato político.

As políticas urbanas ganham relevo em “A narrativa na construção da memória do corpo negro”, através do qual o narrar é compreendido como um fazer conjunto que exige, sobretudo, um reposicionamento ético e político de

quem pesquisa, sustentando alianças que evocam projetos societários pautados pela ruptura dos regimes discursivos exploratórios de fazer cidade. Nessa perspectiva, Nathalia Gomes e Daniele Caron debatem a luta quilombola em contexto urbano por meio do encontro com a oralitura, expressa no corpo e na voz das mulheres do Quilombo Flores, em Porto Alegre, RS, aqui compreendidas como *iyálodès*. O convívio com um processo de transmissão que acolhe gestos, ritmos, formas e sons inscritos no corpo, e que ressignifica memórias e experiências negras, permite às autoras entrever, junto a essas mulheres, uma teoria da luta que emerge ao acionar a linguagem oralitizada como resistência aos processos coloniais e racistas que moldam o urbano contemporâneo.

Reforçando a perspectiva do fazer-situado em processos de escuta, Paula Land Curi e Luiza Christina Marques de Souza discutem a violência de gênero em “Narrar com Mulheres: um convite para outras práticas éticas-estéticas-políticas de pesquisa”. A contação de histórias é aqui utilizada como ferramenta para tensionar a suposta neutralidade científica, além de

permitir a construção do conhecimento pela agência entre corpo-pesquisadoras e a vibração da violência nos corpos das mulheres participantes de encontros grupais, em um ambulatório universitário especializado em violência de gênero. Nessa escuta ampliada, que busca produzir fissuras nos modos instituídos de fazer ciência, o grupo é convidado a entrar em contato com as intensidades e os afetos da vida cotidiana umas das outras, dando-lhes sentido, palavras e materialidade, a fim de afirmar a emergência de mundos pautados na multiplicidade e dignidade das formas de vida das mulheres.

Em “Cartografias infantis: narrativas das infâncias enquanto uma metodologia do encanto”, Mariana Cunha Schneider, Nícolas Braga Fröhlich, Luciano Bedin da Costa e Tiago Alexandre Fernandes Almeida aprofundam a escuta como interpelação às infâncias que persistem em nós, de modo a usufruir e compor com o que as crianças podem nos ensinar sobre o mundo. A poesia e as estratégias de enfrentamento da morte utilizadas pelas crianças são apresentadas a partir de indagações sobre os riscos de romantização das

cruezas, crueldades e da militarização do imaginário infantil. A argumentação sustenta-se no brincar como atividade entre dois mundos, que permite acessar modos outros de pensar e fazer, apostando na criança como sujeito de conhecimento e de direitos, e não como objeto de pesquisa.

Como convite a esperançar e a infancializar cidades pelo direito de nelas viver, o artigo “Direito à cidade em terra de brincar: narrar começos, articular pedaços de chão” propõe uma experimentação narrativa por meio da montagem e da estética do fragmento. Ele relata histórias da construção de alianças diante das urgências reconhecidas no encontro com a Ocupação Dom Waldyr Calheiros, de Volta Redonda. Um território de liderança feminina e protagonismo das infâncias, marcado pela luta por dignidade e sonho. As autoras Ana Cabral Rodrigues, Jordana Neves de Almeida Guimarães, Anna Clara Fernandes Silva, Mônica Helena Rado Donnini, Flavia Siqueira Lemos Leandro, Adriana Aparecida de Souza, Eliana Gonçalves de Souza, Milena Pedrosa e Beatriz Regina M. Nunes apostam numa escrita de múltiplas vozes, que se alternam e se compõem,

dando contornos a memórias e saberes compartilhados. Nos caminhos narrativos, a partir da força das margens urbanas, deparamo-nos com a invenção de um livro infantil coletivo e a criação de uma biblioteca comunitária, enovelados pela lenda africana de Anansi e a força das histórias que se espalham pelo mundo.

Em “As caixas de Salete: tecituras de narrativas da e na Cozinha Solidária da Vila Barracão”, Ana Elísia da Costa apresenta por meio de uma escrita experimental, reflexões oriundas de um projeto de ensino-extensão-pesquisa que atua a partir de uma abordagem narrativa. O exercício da autora se constitui como uma política, na medida em que se concentra nos meandros, sutilezas e diferenças que emergem com o ato de transmitir e guardar para contar. Assim, por meio do registro de histórias das mulheres, que, como Salete, atuam na cozinha solidária da Vila Barracão, na periferia de Porto Alegre, e da observação sobre o desafio de descentramento do sujeito científico, o texto é tecido por uma urdidura de memórias que convoca as vozes e assume sujeitos de comunidades historicamente abandonadas e

ameaçadas como personagens sociais das políticas urbanas.

O debate acerca da narrativa como política também é convocado no texto “Narrativa e memória na análise das transformações relacionadas a intervenções sociais em gênero”, no qual Vanessa do Nascimento Fonseca compõe uma cartografia da memória a partir dos registros de experiências de intervenções sociais no campo da sexualidade, da saúde reprodutiva e do gênero envolvendo as masculinidades ao longo de quinze anos de pesquisa. Os aportes sobre a implicação da pesquisadora com o campo e com sujeitos aproxima cartografia e narrativa, colocando em xeque a razão moderna que se apoia na noção de neutralidade, estabilidade e objetividade do fato científico. Ao tomar esta posição em relação à produção do saber, a autora convoca um movimento de análise/costura dos fatos documentados nas pesquisas com vistas a abrir outras indagações sobre o tema, bem como sobre o próprio fazer pesquisa e suas dinâmicas de poder.

A mesma tomada de posição que busca sustentar processos de escuta que reconhecem a pluralidade de vozes existentes e o caráter múltiplo

das histórias é convocada por Andréa da Silva Montechiare Pires, Gisela Giannerini e Renata Montechiare em “Memória como construção de caminhos plurais: o conhecimento a partir da escuta e da palavra”. O texto problematiza a objetificação dos sujeitos historicamente desautorizados a falar e saber, e discute a memória e as narrativas orais como ferramentas de inscrição e pertencimento histórico. Ao propor um diálogo entre episódios e histórias que evocam traumas e opressões, as autoras acionam uma discussão sobre políticas de memória e produção da cultura que aponta para as relações político-sociais em disputa, e para a potência das narrativas orais como dispositivos de mobilização e transformação social.

Para encerrar este primeiro volume do dossiê, Alessandra Rudiger Matzenauer, Karine Shamash Szuchman, Luis Artur Costa, Thayna Miranda da Silva e Vanessa Branco Cardoso propõem um mergulho na palavra narrar a partir de três movimentos que demarcam a importância de ultrapassar uma dimensão representacional-simbólica ou do caráter expressivo plástico da narrativa em prol de suas artesanias

em movimentos coletivizantes e singularizantes. “Tramando políticas do narrar: pistas ético-estéticas para pesquisas especulativas” apresenta o estatuto ficcional da narrativa como elemento de sua sustentação e potência, oferecendo caminhos na própria forma de escrita para que isso se coloque no centro do debate. Assim, convida-nos a tocar os avessos da escrita acadêmica através do gesto de bordar, acompanhando éticas e estéticas de narrativas e contranarrativas de artistas, coletivos e experiências situadas. Por fim, ao indagar o que seria a pressuposta neutralidade científica desde uma perspectiva do gesto narrativo, abre um leque de pistas que favorecem a um exercício ético ininterrupto que nos deslocam de respostas cômodas, heróicas ou desaterradas.

O conjunto de textos aqui apresentados não busca oferecer contornos conclusivos sobre a narrativa; ao contrário, fabula-se como um convite a permanecermos ainda com o problema (Haraway, 2023), habitando as imprecisões e tensões próprias do narrar como prática de pesquisa. Ainda que cada processo, prática ou exercício investigativo traga

particularidades, arriscamos dizer que sustentam exercícios situados de implicação, de co-emergência e de responsabilidade com a realidade e com a própria ciência. É com esta perspectiva aberta e necessariamente provisória que convidamos à leitura.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. O que é *Interseccionalidade*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ARAUJO, Frederico; CABRAL, Ana R.; ARAÚJO, Flavia de S.; SCHVARSBERG, Gabriel; PRAÇA, Heitor Levy F.; SANTOS, Iaci D'Assunção; RÊDES, Laura Souza; COELHO, Letícia Castilhos; SANTOS, Natalia Velloso; OLIVEIRA, Priscila Medeiros de Oliveira; SOIFER, Raphael; MOURA, Ricardo José de.; AGUIAR, Ronieri Gomes da Silva; JAENISCH, Samuel Thomas. Caosgrafias cidade. *Cadernos Metrópole.*, [S.I.], v. 18, n. 37, p. 899-920, out. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/2236-9996.2016-3714>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1996.

CABNAL, Lorena. Acercamientos a la contrucción de la propuesta de pensamiento epistemológico de mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya-Yala. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. ACSUR: Madrid, 2010, p. 11- 25.

CARON, Daniele; CABRAL, Ana R.. MARGEAR: Exigências ético-políticas e coemergências metodológicas para pensar com os territórios. *Revista Cidades*, v. 16, n. 26, p. 107–130, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/14663>. Acesso em 20 mai. 2025.

CARVAJAL, Julieta Paredes. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 194-205.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2016.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores*. São Paulo: N-1 Edições, 1ª ed. 2021. 128 p.

DUSSEL, Enrique. *1492 o encobrimento do outro a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt*/Enrique Dussel. Petrópolis: Vozes, 1993.

EVARISTO DE BRITO, Maria da Conceição; BAIÃO, Jonê; IZIDORO PINTO, Cecília María; LIMA SANTOS, María de Fátima; OLIVEIRA, Luiza; SANTOS, Abrahão. La educación es una mujer negra: escrevivencia como herramienta epistemológica. *Praxis Educativa*, v. 29, n. 1, p. 1–13, 2025. Disponível em: <https://cerac.unlpam.edu.ar/index.php/praxis/article/view/8777/9871>. Acesso em: 11 nov. 2025.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud, Marx. In: MOTTE, Manoel de Barros (org.). *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: MACHADO,

Roberto (org). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p.15-37.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. 1999.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthluceno*. São Paulo: N-1 edições, 2023.

HARAWAY, Donna. saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 07-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 26 mar. 2025.

INGOLD, Tim. *Estar vivo. Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2015.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo

cotidiano. Rio de janeiro: Cobogó, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.

LIMA, Zeneida. *O Mundo Místico dos Caruanas da ilha do Marajó*. Belém: Cejup, 2001.

MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MORAES, Marcia. PesquisarCOM: Política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia (orgs). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2010, p. 26-51.

MORAES, Marcia; TSALLIS, Alexandra. Contar histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência. *Rev. Polis Psique*, Porto Alegre, v. 6, n. spe, p. 39-51, jan. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/61380>. Acesso em: 26 mar. 2025.

OLIVEIRA, Joana C. de. Prefácio: Um encontro com O cogumelo no fim do mundo. In: TSING, Anna Lowenhaupt. *O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. São Paulo: n-1 edições, 2022.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceitualizando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 84-95.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A Terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Entrevista concedida à DORNELES. Dandara Rodrigues. Palavras Germinantes: Entrevista com NEGO BISPO. *Identidade!*, v. 26, n. 1 e 2, p.

14–26, 2021. Disponível em: https://revistas.est.edu.br/index.php/Id_entidade/article/view/1186. Acesso em: 26 mar. 2025.

SEGATO, Rita. *Cenas de um pensamento incômodo. Gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SILVA, Raimunda Gomes da. *Cartilha da Mezinhagem*. São Paulo: n-1 edições, 2023.

SMITH, Linda. *Descolonizando metodologias: pesquisas e povos indígenas*. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

STENGERS, Isabelle. *Uma outra ciência é possível: manifesto por uma desaceleração das ciências*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Margens Insubordinadas: Cogumelos como Espécies Companheiras, Noosfera*, 2016.

TSING, Anna Lowenhaupt. *O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. São Paulo: n-1 edições, 2022.

TUPINAMBÁ, Glicéria. O território sonha. In: CARNEVALLI, Filipe;

REGALDO, Fernanda; LOBATO,
Paula; MARQUEZ, Renata;
CANÇADO, Wellington (Org.). *Terra:*
antologia afroindígena. São Paulo/ Belo
Horizonte: Ubu Editora/PISEAGRAMA,
2023.

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. In:
CARNEVALLI, Filipe; REGALDO,
Fernanda; LOBATO, Paula;
MARQUEZ, Renata; CANÇADO,
Wellington (Org.). *Terra: antologia*
afroindígena. São Paulo/ Belo
Horizonte: Ubu Editora/PISEAGRAMA,
2023.